

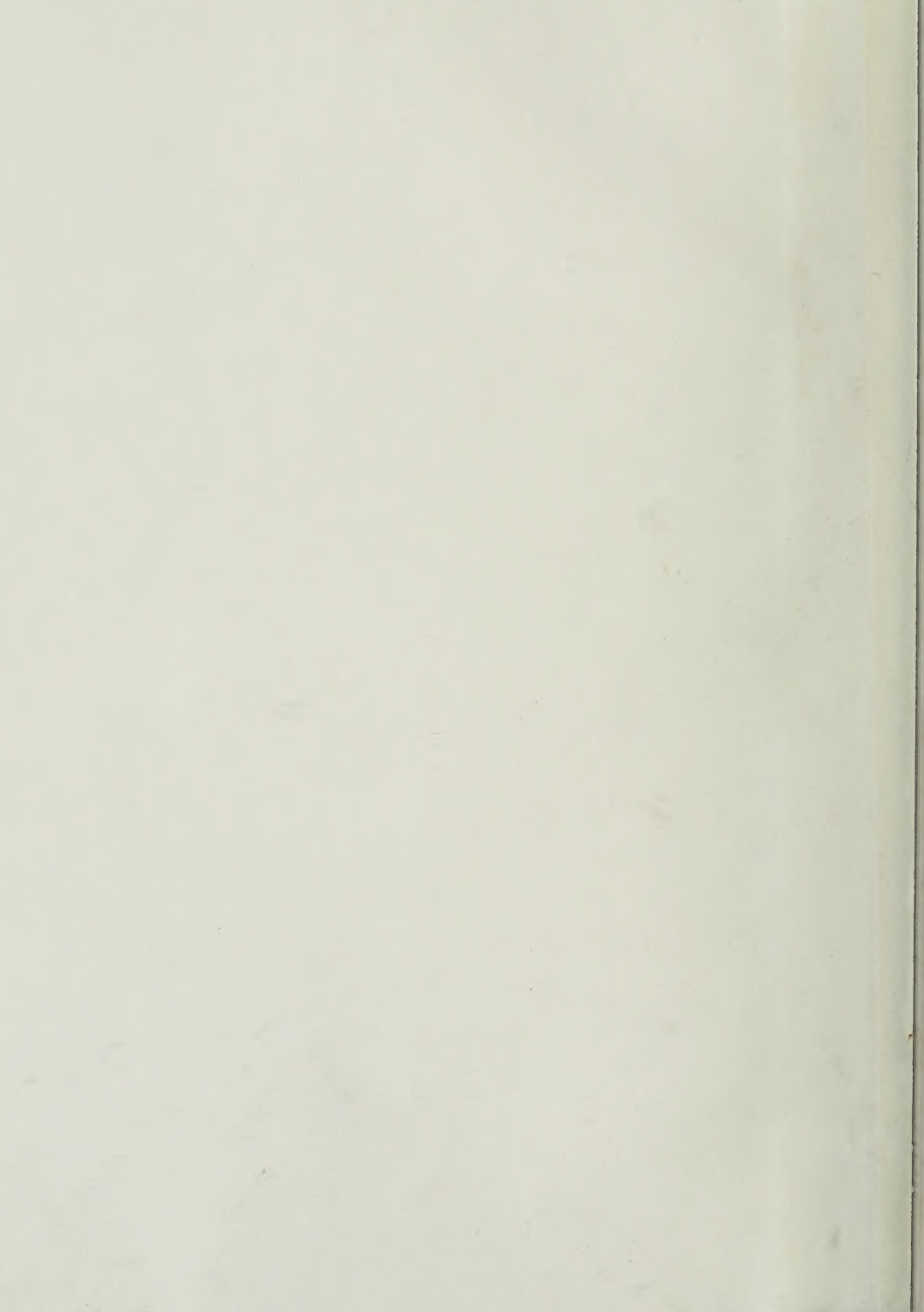
3 1761 07320926 4

Historia documental do conflito
academico de 1921 com o pro-
fessor dr. Angelo da Fonseca

LF
4846
F68H5
1921
V.2
C.1
ROBA



Digitized by the Internet Archive
in 2011 with funding from
University of Toronto



HISTORIA DOCUMENTAL

DO

CONFLITO ACADEMICO DE 1921

COM O PROFESSOR

DR. ANGELO DA FONSECA

II



COIMBRA

ARTHUR AUGUSTO D'OLIVEIRA, EDITOR

1921

HISTORIA DOCUMENTAL

CONFLITO ACADÊMICO DE 1921

COM O PROFESSOR

DR. ANGELO DA FONSECA

II



CELEBRADA

EM 1921, ANO DE 1921, EM 1921

1921

HISTORIA DOCUMENTAL
DO
CONFLITO ACADEMICO DE 1921

COM O PROFESSOR
DR. ANGELO DA FONSECA

II



COIMBRA
ARTHUR AUGUSTO D'OLIVEIRA, EDITOR

—
1921

HISTÓRIA DOCUMENTAL

DO

CONSELHO ACADÉMICO DE 1921

COM O PROFESSOR

DR. ANGELO DA FONSECA

II



COIMBRA

ARTUR AGUIAR DE OLIVEIRA EDITOR

Coimbra — Tip. Viana & Dias, Limitada, 5-921.

Proclamação do Reitor,
declarações do Sr. Ministro da Instrução,
documentos injuriosos, obstrucionismo
na Assembleia que declarou a greve,
agressão a um jornalista.

Proclamação do Rector.
Declarações do Sr. Ministro da Instrução.
documentos injuriosos, obstruções
na Assembleia que declaram a greve,
agressão a um jornalista.

*Proclamação do Reitor da Universidade
à Academia.*

*Confirmando as palavras do Ministro, o
Prof. Dr. Joaquim de Oliveira Guimarães
conclue pelas sem-razão da greve, dadas as
« honradas e peremptorias palavras » do
Prof. Angelo da Fonseca, e convida os estu-
dantes a entrarem nas aulas.*

« Ao dispor-me a assumir o cargo de Reitor desta Universidade, um dos meus primeiros pensamentos dirige-se para a Academia de Coimbra, a quem com o mais enternecido affecto saúdo, assegurando-lhe que, como até este momento, me proponho, na qualidade de representante da Universidade, defender com a maior dedicação os direitos e prerogativas de todas as corporações que constituem esta antiga e gloriosa instituição.

Penaliza-me bem profundamente a circumstancia de não poder este testemunho do meu sentimento ser recebido pela Academia na hora calma em que, congregada com seus Mestres, se estivesse dedicando á faina, ardua mas proficua, de preparar para a nossa Patria dias mais venturosos do que aqueles que estão passando; mas atenua um pouco a amargura derivada do insucesso das deligencias empregadas no sentido de evitar tão lamentavel como prejudicial situação de hoje, a certeza de que impõem uma perfeita reversão do estado presente na vida escolar factos posteriores ás deliberações da Academia.

A Academia de Coimbra, num assomo de brio, que sempre foi nobre predicado da juventude, declarou a greve geral dos escolares desta Universidade por soli-

dariiedade com o curso do 5.^o anno medico, que se reputou agravado na sua honra, pelo facto de lhe terem sido injustamente attribuidas pelo ex.^{mo} professor, dr. Angelo Rodrigues da Fonseca, intenções e propositos de offensa á Faculdade de Medicina, numa allocução proferida em nome do curso junto do ataúde do grande e saudoso professor desta Universidade, dr. Daniel de Matos.

Tendo-se reunido o Conselho da Faculdade de Medicina para informar o governo, por intermedio do Reitor, dos acontecimentos occorridos, aí teve ensejo o professor dr. Angelo da Fonseca para, pela primeira vez dizer de sua justiça, e depois de nobremente afirmar que de facto interpretára as palavras proferidas pelo seu discipulo como desagradaveis e injustas para a Faculdade de Medicina, dera por findo o incidente perante as declarações que lhe foram feitas quer pelo estudante sr. Antonio de Padua, quer pelo sr. Eduardo Coelho na presença do curso. E muito espontaneamente, com a maior sinceridade, e depois de ter lido o extracto da sua allocução, concluiu: « Vê pois o Conselho que nas suas palavras, não houve injuria, não houve agravo para ninguem: houve apenas um reparo expresso correctamente e com toda a lealdade por quem se encontrava maguado na qualidade de membro da Faculdade de Medicina. »

Em face destas honradas e peremptorias palavras, estão desfeitos todos os equívocos e aclaradas as situações.

A Academia de Coimbra pode e deve pois revogar as suas deliberações de 18 do corrente, porque desapareceu a base em que assentavam — uma interpretação de pensamento e de actos que o seu auctor declara em inequação com as suas intenções — e nestes termos entrar nas suas aulas de cabeça erguida, com aquella nobre altivez que a mocidade sempre timbrou em manter e que eu jámais deixarei de encorajar, certo como estou, de que é sobretudo pelas afirmações de character, que os povos, como as classes e os individuos adquirem o direito ao respeito dos outros.

Confirmando com este conselho, que reputo ditado pelos mais alevantados principios de honra propria, as nobres palavras do ex.^{mo} Ministro da Instrução endereçadas do alto da tribuna parlamentar ao pais, eu dirijo-me confiadamente á Academia na firme esperança de que me escutará, prestando-me mais uma vez a generosa e honrada colaboração com que me tem auxiliado e que de novo e comovidamente lhe agradeço.

Paço das Escolas, em 24 de abril de 1921. O Reitor interino da Universidade, (a) *José Joaquim de Oliveira Guimarães*.

O Primeiro de Janeiro, de 26 de abril.

O Jornal, de 30 de abril.

Correio da Manhã, de 26 de abril.

Gazeta de Coimbra, de 26 de abril.

Comercio do Porto, de 26 de abril.

Coimbra, 27. — Foi hoje publicado um manifesto assinado pelos alunos do 5.º ano de medicina no qual são visados os srs. reitor da Universidade e o professor dr. Angelo da Fonseca, manifesto que termina afirmando que « mais do que nunca se mantem irredutivelmente incompativel com o dr. Angelo Rodrigues da Fonseca ».

A Patria, de 27 de Abril.

O Sr. Ministro de Instrução responde á interpelação do deputado Dr. Antonio Granjo, mantendo as declarações de que o conflito academico não passa duma questão pessoal entre os alunos do 5.º ano de medicina e o Prof. Angelo da Fonseca.

Faz, com exactidão e minucia, a historia do conflito, declarando que no seu manifesto os alunos afirmam que não visam o

professor mas a pessoa do Dr. Angelo da Fonseca.

Vê do tempo que os alunos levaram a dar-se por agravados — dez dias! Esclarece que não houve ofensas por parte do Professor de Clínica Cirurgica, declarando que, em face da historia dos acontecimentos, há uma unica solução admissivel.

Continuará aberta a Universidade para os alunos que a desejem frequentar. Não a fechará; não dará perdões de acto, prometendo, entre os aplausos da Camara, ir até ao fim, neste seu proposito, enquanto se mantiver na situação de Ministro de Instrução Publica.

O sr. ministro da Instrução (Julio Martins): — Sr. presidente: o sr. Antonio Granjo fez-me perguntas concretas sobre a questão universitaria, e, portanto, eu vou procurar responder-lhe.

Quem tenha olhado para a tonalidade geral do discurso de s. ex.^a notará que o sr. Antonio Granjo foi duma infelicidade completa, querendo misturar a questão da greve com uma questão inteiramente politica.

Pergunta s. ex.^a: A actual greve é uma questão pessoal, ou é o resurgimento da antiga questão universitaria?

Simultaneamente s. ex.^a critica o ministro da Instrução por este não ter sabido pôr a questão perante o paiz, nos seus devidos termos e que, por isso, vinha agora com a sua questão previa colocar o mesmo ministro em condições de o poder fazer.

Sr. presidente, para mim a greve continua a ser, ainda neste momento, uma questão pessoal entre alunos do 5.^o ano de medicina e o professor sr. Angelo da Fonseca.

E' certo que o movimento já tem hoje uma extensão grande, devido a ter-se dado a solidariedade de outros estudantes da Universidade; mas, sr. presidente, vejamos o desenvolvimento da questão e as declarações ultimas do curso do 5.º ano, feitas num manifesto a que o sr. Antonio Granjo se referiu e que eu tambem tenho em meu poder.

A questão iniciou-se numa aula de clinica cirurgica realisada em 1 de Março ultimo, quando o dr. Angelo da Fonseca fez, perante o seu curso, a critica a um discurso proferido por um estudante, á beira da campa do saudoso professor Daniel de Matos. Nessa critica quizeram os estudantes vêr um agravo ao seu curso.

Todavia, esses estudantes publicam posteriormente o seu manifesto e nele declaram que nas considerações e criticas do sr. Angelo da Fonseca, eles não viram o professor, mas unicamente a pessoa do dr. Angelo da Fonseca.

Sr. presidente, dá-se isto em 1 de Março. Em 2 de Março é publicado o discurso proferido pelo estudante, á beira da campa do dr. Daniel de Matos. Repare a Camara para as datas.

O sr. Angelo da Fonseca não deu aulas durante o intervalo de 1 de Março a 11 do mesmo mês, porque a sua actividade estava aplicada aos trabalhos de exames mas, sr. presidente, os estudantes mantiveram com s. ex.^a em todo esse tempo regular convivio nas clínicas. Isto foi affirmado pelo sr. Angelo da Fonseca perante o Conselho da Faculdade de Medicina, como consta dum documento a que já, nesta Camara, me referi.

Verifica-se, pois, que as palavras do sr. Angelo da Fonseca não foram de tal forma tomadas pelo curso que provocassem uma incompatibilidade entre os estudantes e o seu professor.

No dia 11 de Março publicou-se o manifesto dos estudantes.

O que se vê por esse manifesto?

Vê-se que os estudantes são ilógicos, porque, no final desse manifesto, declaram-se irreductiveis com o

professor dr. Angelo da Fonseca, quando já haviam dito que nas criticas feitas por s. ex.^a não tinham visto o professor, mas unicamente a pessoa do sr. dr. Angelo da Fonseca.

Não se diz que o professor é incompetente para a regencia da sua cadeira; não se diz que ele não tenha a competencia, que lhe é reconhecida, para administrar o ensino na cathedra universitaria.

Afirma-se, simplesmente, que pelos pretendidos agravos lançados ao 5.^o anno, os estudantes se tornam irreductiveis com etc.

Através de tudo isto eu vejo que não ha uma questão propriamente universitaria, que não ha uma questão propriamente escolar, mas que existe tão somente uma questão de irreductibilidades pessoais, entre os estudantes e o professor.

Posta assim a questão, repito eu, como ministro não podia admitir que ella fosse pretexto para afastar o professor da regencia da sua cadeira. Não podia admitir, nem admito.

Sr. presidente, perante as declarações do sr. Angelo da Fonseca, ao Conselho da Faculdade de Medicina, pelas quais s. ex.^a affirmou que não tivera jámais a menor intenção de fazer agravos fosse a quem fosse, eu, não tive duvida alguma em, do alto desta tribuna, — o sr. Antonio Granjo criticou esse meu acto, mas continuo a não me arrepender de o ter feito — lançar um apelo aos estudantes da Universidade no sentido de eles terminarem a greve, visto que desaparecendo os motivos de pretendidos agravos, elles podiam altivamente entrar nas aulas.

Se não visse que os estudantes pudessem voltar ás aulas, de cabeça erguida — eu o disse já — jámais os aconselharia a que entrassem, porque, mais uma vez o affirmo, nós temos tambem o dever de avigorar o caracter da mocidade portugueza.

Os estudantes não ouviram nem o apelo do ministro da Instrução, nem a proclamação feita pelo illustre reitor da Universidade, fundamentada mais ou menos nas considerações que o ministro havia feito.

O sr. Reitor da Universidade, 'homem honesto, republicano sincero, e individualidade que marca pelo seu talento, que ama a mocidade academica, desejando ve-la sempre prestigiada, fez uma proclamação que muito a honra, na qual declarou que tendo desaparecido o equívoco que se dera, os rapazes podiam entrar de cabeça levantada nas suas aulas.

Os estudantes nada quizeram ouvir e lançaram, então um manifesto pelo qual fecham inteiramente a questão. Continuam na sua irredutibilidade. Não querem o professor Angelo da Fonseca na regencia da sua cadeira.

E' este o pé em que se encontra a questão.

Sr. presidente, vou agora responder ao sr. Antonio Granjo.

O que pensa o ministro?

Pensa o que se traduz do procedimento que teve.

Posta a questão no pé em que se encontra, eu, como ministro da Instrução, disse ao sr. Reitor que não fechasse a Universidade.

Os professores deverão continuar a realizar as suas lições theoricas, fazendo os seus sumários para que os interessados deles tomem conhecimento, pois, segundo a lei, constituirão materia de programa de exames.

Nas aulas praticas, marcar-se-hão faltas nos termos legais.

Não permitirei que se faça um simulacro de exames.

Não darei perdão de actos.

Se me mantiver neste logar, irei até ao fim neste meu proposito.

(*Muitos apoiados*).

Se me indicarem que este não é o caminho que deve seguir um ministro da Instrução, em presença da greve que está declarada, abandonarei com muito prazer o meu logar e alguém que para ele venha seguirá outra orientação, que porventura, melhor se coadume com os interesses do ensino.

Se os estudantes quizerem tirar frequencia até ao fim do ano e fazer os seus exames nas Faculdades de Lisboa ou do Porto, eu consentirei nisso. Seria até

bom que os estudantes de Coimbra, viessem dar as suas provas em qualquer destas Faculdades. Demonstrar-se-hia, está certo, áqueles que pretendem malsinar a Universidade de Coimbra, que o ensino ali é ministrado com muita sciencia e proficiencia.

Mas, o sr. Granjo afirma que a questão é uma questão politica, isto é, a continuação da antiga questão universitaria.

Eu digo a s. ex.^a que não tenho essa impressão. Não vamos nesta questão misturar a politica para alterar o seu significado.

Não sei quem afirma que a questão é politica. Eu, como ministro da Instrução, não tenho elementos para a julgar como tal.

S. Ex.^a afirma que não se trata de uma questão pessoal, mas sim do renascimento da antiga questão Universitaria e pergunta-me o que penso da questão, fazendo varias considerações e trazendo para aqui um acto que me louvo de ter praticado: a nomeação do reitor da Universidade, d'acordo com o seu corpo docente.

Pergunta-me s. ex.^a o que penso da lei 861.

Eu já aqui disse que essa lei é uma lei da Republica que está em vigor, e que eu, ministro da Instrução, não tomaria a iniciativa de a revogar, aceitando, porem, qualquer deliberação que o Parlamento tomasse sobre ela.

Diz tambem s. ex.^a que eu convoquei uma assembleia geral dos professores da Universidade.

Eu não convoquei essa assembleia, nem assisti a nenhuma votação.

Os professores reuniram no uso do seu direito, e fizeram uma reunião de character officioso, unicamente, e não de character official, como S. Ex.^a afirma pela falsa informação que tem do assunto.

Tratei de nomear um reitor da confiança do governo e do corpo docente. Tive essa felicidade e disso me louvo. Oxalá o governo possa sempre viver em paz com as Universidades. Fizeram a reunião e ss. ex.^{as} fizeram uma escolha de um homem que era da sua

confiança e da confiança do governo, e fez-se a nomeação.

Onde se deixou de cumprir a lei 861?

Eu tive a felicidade de nomear para a direcção da Universidade, um homem que tem todos os elementos para o desempenho do lugar.

Eu tive a felicidade de harmonisar os desejos do professorado com os do governo. — (*Apoiados*).

Antes de eu ser ministro da Instrução, não havia reitor efectivo, e so na minha gerencia foi possivel nomea-lo — (*Apoiados*).

O sr. Antonio Granjo — faz um aparte.

O orador: — Mas o que eu digo a V. Ex.^a, e fique isso assente, é o seguinte: V. Ex.^a acusou o ministro de ter derogado a lei 861, mas não existe tal derrogação, é uma lei de que o Governo pode lançar mão sempre que quizer. Agora o que é facto é que nesta ocasião houve, realmente, um momento de felicidade extrema, de forma que se poud harmonisar a vontade da Universidade com a do Poder Executivo. Já vê V. Ex.^a que é uma coisa absolutamente diferente daquilo que afirma. (*Apoiados*).

Mas, sr. presidente, parece que não era o pretexto de tratar da greve, mas o pretexto dum ataque politico ao ministro, que levou o sr. Antonio Granjo a tratar desse assunto, porque S. Ex.^a vem evocar a gerencia do seu Governo para me perguntar o que penso a respeito de varios assuntos, e entre eles os que se referem numa nota de interpelação que o sr. Alves dos Santos mandou para a Meza. Devo dizer que foi mal escolhido o momento, (*apoiados*) para um ataque politico, e que só manifestarei a minha opinião acerca desses assuntos na ocasião propria ou quando se tratar da interpelação annunciada, á qual já ha muito me dei por habilitado a responder, na qual terei muito prazer que entre o sr. Antonio Granjo.

Emfim, para não roubar mais tempo á Camara, eu resumo, julgando não ter deixado nenhum ponto da questão tratado por S. Ex.^a sem a devida resposta. Assim, quanto ao encerramento da Universidade, não

estou resolvido a fazê-lo; quanto ás perdas de ano, se os alunos não forem ás aulas praticas e por esse motivo tiverem que perder o ano, elas dar-se-hão, afirmando eu, mais uma vez, que não dou perdões de acto, nem tirarei faltas por motivo da greve. Estou resolvido a abandonar esta cadeira antes de tal fazer. — (*Apoiados*). Quanto ao aspecto da grevé actual, eu devo dizer que julgo que se trata duma questão de irreductibilidade dos estudantes com o professor, tendo apresentado uma plataforma em que se consigna que os estudantes poderão vir fazer os seus exames ás Faculdades de Lisboa e do Porto. Se, contudo, os estudantes não quizerem tambem aceitar esta plataforma, a greve terá as consequencias que depois se verão. (*Apoiados*).

Tenho dito.

(O sr. dr. Julio Martins foi no final do seu discurso muito cumprimentado pelos seus colegas do Governo que assistiam á sessão, e por deputados de todos os lados da Camara).

A Patria, de 28 de Abril.

Coimbra, 27. — A nota flagrante do dia de hoje sobre a greve academica e que tem provocado criticos e asperos comentarios é a attitude dos estudantes, faltando á sessão solene, na sala dos Capelos da Universidade, de comemoração do IV Centenario de Fernão de Magalhães. Havia estudantes que desejavam assistir áquella patriotica solenidade, mas foram impedidos nos seus propositos pelos quintanistas de medicina, que lhes vedaram a entrada, não já para atingir o sr. dr. Angelo da Fonseca, mas para evidenciar o seu desagrado ao Reitor, sr. dr. Oliveira Guimarães, a quem tem já insultado, e até ao proprio governo que aqui estava representado pelos srs. Ministros da Marinha e dos Negocios Estrangeiros que se mostraram deveras impressionados com a attitude assumida pelos estudantes.

Esta attitude tambem causou estranhese aos membros do corpo diplomatico, preguntando, em certa

altura, o sr. Ministro da America se a greve era geral em toda a academia portuguesa.

O sr. dr. Angelo da Fonseca continua a ser muito cumprimentado por pessoas em destaque nos meios social e politico do pais, tendo vindo a Coimbra alguns medicos, antigos discipulos daquele professor, e muitos dos seus doentes, gente humilde do povo que tem feito uma verdadeira romaria ao hospital da cidade. — C.

A Patria, de 29 de Abril.

Officio do presidente da comissão dirigente da greve e sua contestação.

Restabelecendo os factos, A Noticia diz que nem o Professor Angelo da Fonseca injuriou o curso, nem este deu por qualquer injuria durante dez dias.

Prova-se que a doutrina do manifesto dos quintanistas e a do officio colidem: no officio pretende-se atingir o Prof. Angelo da Fonseca enquanto que os quintanistas declaram no manifesto que pretendem visar o Dr. Angelo Rodrigues da Fonseca e nunca o professor de clinica cirurgica.

Os quintanistas indicam para substituir o prof. Angelo da Fonseca o Dr. Raposo de Magalhães.

A Noticia repulsa as descabidas injurias contra o Prof. Angelo da Fonseca. Alude-se aos vituperios dirigidos ao director deste jornal.

Segundo officio do presidente da comissão dirigente do movimento academico. Este

relega a questão para o manifesto publicado pelos quintanistas de medicina.

Insiste-se na incorrecção do presidente da comissão pelas suas referencias injuriosas. A Noticia confirma todas as suas considerações anteriores, aludindo a um outro officio dirigido ao director da Faculdade de Medicina pelos estudantes do 5.º ano, de tal arte escrito que este não poudo recebe-lo.

Contra o manifesto Rompendo Fogo... A Noticia protesta as suas homenagens ao Dr. Angelo da Fonseca, devidas á sua honorabilidade pessoal e professional.

Ex.^{mo} Sr. Director de A Noticia.

« Tendo lido, no jornal que V. Ex.^a muito dignamente dirige, informações menos exactas sobre os motivos que levaram a Academia da Universidade de Coimbra a votar a greve, apressamo-nos a comunicar a V. Ex.^a a verdade dos factos, para que sobre este grave conflicto se « forme um juizo consciente e seguro ».

« E' resumidamente que comunicamos a V. Ex.^a:

« 1.º O V ano de Medicina encontra-se ha perto de dois mezes numa *incompatibilidade irreductivel* com o Prof. de 2.^a Clinica cirurgica e Clinica urologica, Doutor Angelo Rodrigues da Fonseca, incompatibilidade criada por um insulto que este Prof. dirigiu ao Curso numa aula de Clinica cirurgica, como é do conhecimento de todo o País, por um manifesto profusamente distribuido;

« 2.º O que se passa numa aula entre um professor e um curso, não é questão pessoal, mas academica. Por isso o conflito aberto entre o V ano medico e o Prof. Angelo Rodrigues da Fonseca é um conflito academico;

« 3.º A Academia, em sessão magna, reconheceu que o V ano médico exgotara todos os meios suasórios para resolver o conflito ;

« 4.º A Academia de Coimbra pede a substituição do Doutor Angelo Rodrigues da Fonseca, como professor e examinador do actual V ano médico. Compete á Faculdade escolher quem o ha de substituir. A Academia não indica o nome do Doutor Raposo de Magalhães. E' falso tudo o que se disser em contrario. O Reitor affirmara aos delegados do V ano médico que, na Faculdade de Medicina, ninguem se prontificava a ir substituir o Doutor Angelo R. da Fonseca ; foi então que os delegados do Curso, para demover a grande dificuldade que lhe apresentava o Reitor, foram convidar o Prof. Raposo de Magalhães que os autorizou a fazer a seguinte declaração : — « aceito a regencia de 2.ª Clinica cirurgica desde que a Faculdade me convide ». Foi essa a afirmação que os delegados do V ano fizeram ao Reitor da Universidade e ao Director da Faculdade ;

« 5.º — Reclamações desta natureza já se teem feito, e em conflitos da mesma gravidade. O Prof. Luciano Pereira da Silva insultou o seu curso e, para solucionar o conflito dahi nascido, S. Ex.ª partiu para o estrangeiro em comissão de serviço, sendo substituido na regencia da sua cadeira ; o mesmo succedeu ao Prof. Silvio Rebêlo, da Faculdade de Medicina de Lisboa ;

6.º — A lei exige ao Professor competencia scientifica...

« 7.º — A incompatibilidade irreductivel que existe entre o V ano médico e o Prof. Angelo Rodrigues da Fonseca não é de ordem scientifica ou profissional ;...

« 8.º — A Academia de Coimbra, reconhecendo a gravidade do insulto dirigido ao curso do V ano médico pelo Prof. Angelo Rodrigues da Fonseca, mantem-se em greve enquanto não fôr substituido para aquele curso, o professor que, em plena aula, feriu na sua honra e na sua dignidade.

« Invocando as velhas praxes jornalisticas, pedimos a V. Ex.ª se digne publicar, no seu conceituado jornal,

esta comunicação, para que sobre este conflito se faça « um juízo consciente e seguro » e para que os leitores de *A Noticia* conheçam a solução que a Academia pede, que é a que costuma dar-se em casos analogos na Velha e Gloriosa Universidade de Coimbra.

« Saude e Fraternidade. — De V. Ex.^a muito gratos e obrigados. — Pela comissão dirigente do Movimento Academico. — Coimbra, 22 de abril de 1921. — O Presidente, *Antero Lucena Valle*.

Pelo que se vê, o sr. Presidente da comissão dirigente do Movimento Academico pretende, com o seu officio que acabamos de transcrever, dizer ao publico quais os motivos que levaram a Academia a solidarizar-se com os quiatanistas de Medicina.

Temos pena de dizer a V. Ex.^a que — ou os factos que lhe contaram não são aquilo que rialmente se passou, ou o sr. Antero Lucena Vale se viu forçado a justificar uma attitude saltando por cima das proprias afirmações dos quintanistas.

Senão, vejamos.

No dia 1 de Março, o sr. dr. Angelo da Fonseca, na sua aula de Clinica Cirurgica, prestando homenagem ao Professor Dr. Daniel de Matos, fez referencias a insinuações, que não disse donde partiam, contra a Faculdade de Medicina. O curso — confessa-o este mesmo no seu manifesto de 10 de Março — ouviu silenciosamente tudo quanto o sr. dr. Angelo da Fonseca quiz dizer. Apesar de se tratar *do maior ultrage á sua dignidade colectiva e ainda ao character e á correccão de cada um dos quintanistas*, (são palavras do aludido manifesto), estes não tiveram dentro ou fora da aula o movimento de repulsa correspondente á grave injuria recebida.

Que fizeram os quintanistas?

Não foram pedir explicações ao sr. dr. Angelo da Fonseca. **foram dar-lhas.** Tanto que lhe mandaram primeiro, um emissario, o aluno Antonio de Padua, depois arranjaram forma de o aluno Eduardô Coelho lêr outra vez o seu discurso e por fim, no dia 3 de Março, fizeram publicar o aludido discurso, na *Gazeta*

de Coimbra, para **desfazerem o mal entendido**. Mais ainda: só no dia 11 de Março é que distribuíram o seu manifesto, datado de 10, contra o aludido Professor, apresentando, então, pela primeira vez, o caso sob o aspecto de incompatibilidade irreductivel que até aí se lhe não tinha visto.

Resumindo:

1.º No dia 1 de Março, o Prof. dr. Angelo da Fonseca, na sua aula, refere-se a insinuações desprimorosas para a Faculdade de Medicina;

2.º O curso, ou o aluno Eduardo Coelho toma para si essas insinuações;

3.º O curso ouve em silencio, na aula, as palavras do sr. dr. Angelo da Fonseca, e, cá fora, o aluno Eduardo Coelho trata de esclarecer as suas palavras proferidas no Cemiterio;

4.º Para esclarecimento do publico, o aluno Eduardo Coelho, publica em 3 de Março o seu discurso;

5.º No dia 10 do mesmo mês é que se delara a incompatibilidade entre o curso do 5.º ano médico e o sr. dr. Angelo da Fonseca.

Que conclusão devemos tirar de tudo isto?

Parece-nos que só esta é possível—que, se o sr. dr. Angelo da Fonseca, *tivesse ofendido gravemente*, na sua dignidade colectiva e individual, o curso do 5.º ano médico, este só teria, desde o primeiro instante, e até no mesmo lugar onde a ofensa era feita, que reclamar do ofensor uma retratação formal e não levaria *dez dias* para se declarar incompatibilizado com ele.

*

Diz o sr. Antero Lucena Vale que o que se passa numa aula, entre o professor e um curso, não é questão pessoal, mas académica.

Havia que distinguir, se estivessemos a tratar do caso em abstracto.

No caso presente, são os quintanistas de medicina, ainda no seu manifesto de 10 de Março, que põem em cheque o Presidente da Comissão dirigente do Movi-

mento Académico. Transcrevemos as suas primeiras palavras:

« Apesar de proferidas numa aula, essas palavras, nós tomamo-as como ditas pelo Senhor Doutor Angelo Rodrigues da Fonseca e *nunca pelo Professor de segunda clinica cirurgica*. Por isso procurámos avistar-nos com o Doutor Angelo Rodrigues da Fonseca ».

Não está ali, nas palavras dos quintanistas que propositadamente sublinhamos, arredado, da maneira mais categorica e formal, o aspecto academico da questão? Pois não foram os quintanistas que, ao apresentarem, fora da aula, ao Sr. Dr. Angelo da Fonseca, « as alegações da defesa », determinaram « que o incidente nesse momento appareceu »? E não é a Academia que declara tambem, pela pena do sr. Antero Lucena Vale, que a incompatibilidade irreductivel, entre o curso do 5.º ano médico e o sr. dr. Angelo da Fonseca, não é de ordem scientifica ou profissional?

*

Ainda o sr. Antero Lucena Vale diz que a Academia reconheceu que o 5.º ano médico esgotara todos os meios suasórios para resolver o conflito.

Francamente, ainda mais ninguem, alem da Academia, terá reconhecido tal coisa. De 1 a 10 de Março, ou seja até á distribuição do manifesto do 5.º ano médico, era de crer que o incidente provocado num mal-entendido, estivesse, na verdade, encerrado. Afinal, não estava, e são os quintanistas que o fazem ressurgir com retumbancia que é do conhecimento do publico.

Daquella data em diante até á declaração da greve academica, quais foram os *meios suasorios* empregados pelos quintanistas de medicina para ser removida uma *incompatibilidade* por eles mesmo declarada *irreductivel*?

■

Quanto á indicação do nome do sr. dr. Raposo de Magalhães para substituir o sr. dr. Angelo R. da Fonseca, não ha artificios de linguagem, capazes de alterar o significado dos factos.

Não havia na Faculdade quem se prestasse a fazer essa substituição. Os professores reconhecendo, certamente, a necessidade de ser mantido o seu proprio prestigio, recusaram-se a contribuir para que o seu colega sr. dr. Angelo da Fonseca, fosse destituído dos seus direitos e da sua autoridade.

Pois, em face disso, os delegados do 5.º ano médico ofereceram ao sr. Reitor o nome do sr. dr. Raposo de Magalhães, já convidado para esse fim pelos estudantes e que apenas reclama, como condição para aceitar o encargo, o convite da Faculdade.

Não será isto a indicação do nome do sr. dr. Raposo de Magalhães? E' falso, então, que se tivesse apresentado ao sr. Reitor e á Faculdade o nome daquele professor para ir substituir o sr. dr. Angelo da Fonseca?

*

Como justificação da reclamação apresentada pelos quintanistas de medicina e perflhada pela Academia, cita o sr. Lucena Vale o que se passou com os professores srs. drs. Luciano Pereira da Silva, de Coimbra, e dr. Silvio Rebelo, de Lisboa.

Não sabemos como estes dois casos se passaram, nem os termos em que foram resolvidos. Bem o poderíamos já ter averiguado, tanto mais que o sr. dr. Alvaro de Matos os citou também ha dias em defeza da attitude dos estudantes. Mas, nem o tempo nos sobrou para essa averiguação, nem o conhecimento do que com ss. ex.^{as} se passou pode alterar o nosso modo de ver no caso presente.

Se os casos Luciano Pereira da Silva e Silvio Rebelo, se passaram tal qual se passou o caso Angelo da Fonseca, a solução que lhes foi dada foi péssima, e só ha agora que não repetir o erro já duas vezes cometido. Se são diferentes, o paralelo não pode ser, de forma alguma, admitido.

*

Já vai longa de mais esta anotação ao officio do sr. Antero Lucena Vale. Entendemos, porem, que. era indispensavel faze-la — e até talvez mais largamente

ela devesse ser feita — para não faltar elemento algum de esclarecimento da opinião publica.

Háde o sr. Lucena Vale extranhar que tivessemos feito uma omissão, na transcrição do seu officio. Essa extranheza, se a houver, não tem, no entanto, razão de ser, assim como não deve s. ex.^a attribuir o nosso procedimento simplesmente ao desacordo em que estamos com a Academia acerca do conceito moral que esta parece formar do sr. dr. Angelo da Fonseca.

A parte omitida do seu officio, contem uma insinuação injuriosa acerca do character do sr. dr. Angelo da Fonseca. Como tal poderia recair sob a sanção do Codigo Penal; e tanta responsabilidade tem o autor da injúria ou difamação, como aquele que a reproduz ou divulga.

Por outro lado, parece-nos que, se a academia quisesse colocar o caso do 5.^o ano sob um ponto de vista moral, a sua reclamação não era logica, nem honrosa, limitando-a ao actual curso do 5.^o ano: tinha que estende-la, pelo menos, a todos os cursos que frequentam neste momento a Universidade e que, havendo-se solidarizado com os quintanistas, tomavam a mesma attitude destes, achando-se irreduzivelmente incompatibilizados, este ano e sempre, com o sr. dr. Angelo da Fonseca.

Aqui tem, pois, o presidente da comissão dirigente do movimento academico, com toda a serenidade, com toda a lialdade e com a correcção a que este jornal podia julgar-se dispensado, depois de o vermos perfilhar as palavras injuriosas dirigidas incontestavelmente ao director, de *A Noticia*, num manifesto aí espalhado, as considerações que julgamos dever referir.

A Noticia, de 27 de abril.

Do sr. Antero Lucena do Vale, presidente da Comissão dirigente do Movimento Academico, recebemos o novo officio seguinte :

« Ex.^{mo} Senhor Director do jornal *A Noticia*.

Agradeço a V. Ex.^a a publicação do officio que em 22 do corrente lhe enviei e em resposta aos comentarios que V. Ex.^a entendeu dever fazer-lhe, chamo-lhe a atenção para o manifesto publicado pelos Quintanistas de Medicina e sancionado pela Comissão Dirigente do Movimento Academico.

Pela maneira clara e precisa como nele é relatada a questão académica e pelas afirmações nele contidas, creio que a ninguem podem restar duvidas sobre a razão que nos assiste.

De resto V. Ex.^a já conhece esse manifesto, como se depreende do seu jornal de 27, onde lhe são feitas tenues e leves referencias.

Coimbra, 27 de Abril de 1921.—Pela Comissão Dirigente do Movimento Academico, *Anthero Lucena Valle*, Presidente.

Começa o sr. Lucena Vale por agradecer a publicação que fizemos do seu officio anterior. Estava s. ex.^a dispensado dessa cortezia: era do nosso dever publicá-lo, tinhamos prometido faze-lo; não ha, pois, mais que registar senão a nossa lialdade e a nossa boa fé nesta questão.

No entanto, o agradecimento sem restrições do sr. Lucena Vale traz-nos a satisfação de ver que s. ex.^a reconheceu a legitimidade do nosso procedimento quando omitimos, na transcrição do seu mencionado officio, as referencias que poderiam contender com o bom nome e consideração alheia, se é que não quiere dizer até que o sr. Lucena Vale está de acôrdo connosco acerca da injustiça das mesmas referencias.

Estamos bem convencidos que, com o andar do tempo, serenada a paixão e quebrado o arrebatamento do primeiro impulso, se ha de chegar á conclusão de que todo este confito girou á volta de um equivoco,

e então se fará a cada um dos que nele tomaram parte a justiça que merecem pelas suas qualidades e pelos seus feitos.

Adiante.

Como resposta aos comentários que fizemos sobre o seu officio de 22 de abril, remete-nos o sr. Lucena Vale para o manifesto — *Rompendo fogo...* — dos quintatas de medicina.

Sem a pretensão de estabelecer controversia com o sr. Lucena Vale, mas tão somente para que não fique a ninguém a duvida acerca da honestidade dos nossos propositos, devemos dizer que esse documento não altera em nada as considerações que fizemos.

Não é difficil demonstrá-lo.

a) Nos dissemos que, se o curso do 5.º anno médico se tivesse considerado, no dia 1 de março, *ofendido gravemente* pelo sr. dr. Angelo da Fonseca, logo, nesse dia, declararia a sua incompatibilidade com o mesmo professor, e não o faria só dez dias depois de recebida a pretendida offensa.

O manifesto — *Rompendo fogo*: — não desmente, embora tambem não confirme, a nossa asserção, nem os factos em que ella se baseia, e isto por uma razão muito simples: é que o aludido manifesto trata do conflito a partir de 12 de março, isto é, na sua fase universitaria, (podemos chamar-lhe assim), deixando inteiramente de parte aquella em que a contenda está limitada ao curso e ao sr. dr. Angelo da Fonseca.

Mas, se o sr. Lucena Vale quere ter a certeza de que a interpretação dada por nós aos factos occorridos de 1 a 10 de março é inteiramente justa, faça favor de lêr no *Diario de Lisboa*, n.º 21, de 30 de abril findo, a entrevista com o quintanista Eduardo Coelho, e diga-nos depois se a tal *incompatibilidade irreductivel* é ou não é apresentada fóra do tempo.

b) Dissemos que o incidente havido entre o sr. dr. Angelo da Fonseca e os quintanistas de medicina era *meramente pessoal*.

O manifesto — *Rompendo fogo...* não pode dizer o contrario daquilo que os proprios quintanistas tinham afirmado anteriormente, e veio apenas mostrar que o curso do 5.º ano medico transformou lamentavelmente um caso pessoal num conflito academico, de aspecto cada vez mais difficil e prejudicialissimo para todos — para os estudantes, para os professores, para o prestigio da Universidade.

c) Manifestámos a nossa surpresa quanto á passagem do officio do sr. Lucena Vale referente aos *meios suasorios* empregados pelos quintanistas de medicina antes de declarada a greve.

O manifesto — *Rompendo fogo...*, se alguma coisa nos diz sobre o caso, é que o curso do 5.º ano medico dirigiu ao Director da Faculdade um officio em termos de tal forma violentos, que o proprio curso se prontificou a retirá-lo e a substitui-lo por outro.

E' isto um *meio suasorio* de resolver um conflito?

d) Atribuimos ao curso do 5.º ano medico a indicação do nome do sr. dr. Raposo de Magalhães para substituir o sr. dr. Angelo da Fonseca.

O manifesto *Rompendo fogo...* confirma-o absolutamente.

*

As restantes considerações que fizemos sobre o primeiro officio do sr. Lucena Vale não podem encontrar resposta no manifesto *Rompendo fogo...*

Umas são a expressão do nosso modo de vêr sobre a possibilidade de uma solução do conflito actual contra os principios de disciplina escolar e da ordem social. Como opinião que é, firmada em principios racionados, será discutivel, mas não pode negar-nos o direito de a formular e expôr.

Outras são, em certo modo a homenagem que desasombradamente prestamos á honorabilidade pessoal e profissional do sr. dr. Angelo da Fonseca.

Nesse ponto, tenha paciencia o sr. Lucena Vale: pode o manifesto *Rompendo fogo...* dizer quantos diatribes lhe aprouver acerca do sr. dr. Angelo da

Fonseca, podem do alto das traspeiras gritar, á noite, quantos improperios e grossarias lhes ditar a imaginação desvairada de muitos: quem, como nós, conhecer o sr. dr. Angelo da Fonseca e souber das suas nobilissimas qualidades de cidadão, que procura ser util ao seu paiz e á terra onde vive, de professor, que não deixa de honrar a sciencia que dedicadamente cultiva, e de cirurgião, que os mais relevantes serviços tem prestado á humanidade, não se deixará levar atraz de rapaziadas, que, á força de repetidas, perderam ha muito todo o valor moral.

O sr. Lucena Vale, se disto não está já convencido, lá chegará o dia em que assim pense tambem, e então s. ex.^a não deixará de repelir indignado a sua solidariedade com actos e afirmações que são o desmentido da generosidade dos novos.

A Noticia, de 4 de Maio.

*Carta aberta á Academia de Coimbra.
O signatario, Manuel de Albuquerque
Branco de Melo, vem, nobremente, afirmar
que, na assembleia em que se declarou a
greve foi feito obstrucionismo, pelo que não
poude esclarecer a Academia acerca das
suas intenções.*

*Acusa esta de ter recorrido á violencia
para votar a greve, envolvendo-se no con-
flito do 5.º ano, em vez de ter tentado
uma plataforma para resolver a questão.*

Não tendo sido bem compreendida a attitude que eu tomei, em face do desagradavel conflicto aberto pelo curso do 5.º ano médico contra o Prof. Dr. Angelo da Fonseca, quando da sessão magna realisada na Sala dos Capelos, em 18 do corrente — eu desejava emitir

o meu parecer sobre a maneira de estabelecer uma nova plataforma para se chegar a uma solução que não affectasse a situação em que actualmente se encontra a Academia de Coimbra—foi isso obstado pela vozearia levantada por um grande numero de academicos. após o iniciar das minhas considerações, pelo que julgo do meu dever e por espirito de solidariedade academica e pela consideração e respeito que me merece o Prof. Dr. Angelo da Fonseca, esclarecer, por este meio, os meus colegas, da minha intenção ao pedir a palavra naquela assembleia.

Em vista do conflicto ter sido aberto pelo curso do 5.º ano médico, contra um professor da sua Faculdade, julguei e *julgo ainda* que, da parte da Academia, não havia quebra de solidariedade e disciplina, se antes de abertamente e sem qualquer especie de considerações se lançarem na greve, fugindo ao elementar principio de recurso a negociações, que podendo estar esgotadas ou serem pouco airosas para o curso do 5.º ano médico, *não o poderiam ser para a restante Academia, até então quasi alheia ao conflicto.*

Era este o ponto de vista que eu pretendia expôr, porquanto em conflictos desta natureza é sempre preferivel uma solução pacifica e honrosa para ambas as partes, do que o recurso aos meios violentos, cujos resultados nem sempre são favoraveis aos que antepõem á razão serena e reflectida os assomos da sua juventude, quando a julgam ferida na sua susceptibilidade.

A tenção e irritabilidade de alguns dos academicos que tomavam parte naquela assembleia, por obstruccionismo propositado, obcessão ou intransigencia, não permitiram que eu continuasse no uso da palavra, após as primeiras frases por mim proferidas, *alegando que devia ter usado dela quando o quintanista de medicina Gualberto de Melo convidou alguém entre a assistencia que quizesse propôr qualquer nova plataforma para a solução do conflicto, ou usar da palavra.*

Não o fiz nesta altura, porque aquele academico tendo acabado de relatar á assembleia a marcha do

conflicto, desde o seu inicio, as diligencias que tinham resultado infructiferas, eu não julguei oportuno o momento de usar da palavra, porque apenas se tratava de um esclarecimento á assembleia, para depois se resolver em harmonia com os principios da Justiça e Dignidade para o curso do 5.º ano médico.

Até aqui eu considerei (e muito racionalmente) o conflicto limitado ao Prof. Dr. Angelo da Fonseca e ao curso do 5.º ano médico, e considerei tambem (e muito racionalmente) que a assembleia tinha sido convocada, para que, do concurso de maior numero de academicos, se podesse com maior serenidade e imparcialidade, apresentar uma plataforma, aonde se podessem encontrar sem desdouro as duas partes em conflicto.

Foi depois de ser proposta a greve (e não quando ela foi votada) que eu pedi a palavra com o unico fim de discutir uma deliberação que agora (naquele momento, desculpem o esclarecimento) ia afectar toda a Academia, conscio de que a qualquer dos meus colegas que bem conhecem o meu proceder desde os bancos do Liceu em todos os assuntos que se relacionem com a vida academica, não surgiria a ideia de que eu pudesse, em tão grave conjuntura, usar da palavra para os prejudicar, por maior que fosse a consideração e respeito que me merecesse o illustre Prof. Dr. Angelo da Fonseca, se eu julgasse a razão do lado da Academia.

Não me propunha analisar os factos tais como eles vieram ao conhecimento do publico, nem mesmo depois de ouvir o academico Gualberto de Melo, mas apenas, apresentar uma moção para se estabelecer uma plataforma (*da parte da Academia e não do 5.º ano medico que nada tinha a fazer*) para a solução do conflicto.

Para esclarecer a Academia, resumo o teor da moção que apresentei na Sala dos Capelos:

1.º — Nomear uma Comissão composta de um *quin-*
tanista de cada Faculdade (á excepção de Medicina)

para se avistar com o Senado Universitario, afim de conjunctamente, resolver da melhor forma para ambas as partes o conflicto existente entre o curso do 5.º ano medico e o Prof. Dr. Angelo da Fonseca.

2.º — *Esta comissão dará conta das suas negociações no prazo de uma semana, finda a qual a Academia tomará a resolução que julgar mais conveniente se não houverem chegado a qualquer acordo.*

Com esta minha mocção, longe de excluir a hipotese da greve (compreendam-me por favor), esta podia derivar do n.º 2.º da minha mocção, sem desdouro para a Academia que por outra forma se não alheou do recurso á violencia que outra coisa não é a forma tumultuosa da parte da assembleia que votou a greve, da indiferença de alguns e do cagaço (*com licença do sr. Homem Cristo*) de outros, que não opuzeram qualquer objecção a semelhante resolução, para não agravar a excitação patente em muitos dos assistentes daquela assembleia.

Eu quiz que a Academia (porque eu tambem faço parte dela) antes de tomar uma attitude tão violenta, considerasse e discutisse a situação com serenidade, e fora do ambiente da grande assembleia, em que tomavam parte os ma's directamente interessados no conflicto, que certamente (e é naturalissimo) haviam de influir para a tornar faciosa e atrabiliaria na sua resolução.

¶ Eis aqui a attitude que eu pretendia tomar na Sala dos Capelos, attitude que os meus colegas apreciarão por meio desta carta aberta, já que ali houve alguém que me encheu de apôdos, ferindo-me na minha dignidade, abandalhando o nome que tenho a honra de usar, e julgando, de nenhum valor e dignos de consideração, os serviços que tenho prestado á Academia, encontrando-me sempre (*vá lá*) como agora estou cheio da melhor boa vontade e desinteresse.

¶ Viva a Academia de Coimbra!

¶ Coimbra, 22 de Abril de 1921. — *Manuel de Albuquerque Branco de Melo* (Aluno do 2.º ano juridico).

(Referencias em varios jornais e em parte transcrito na *Patria*).

Alguns estudantes do 5.º ano medico agrirem o Director de A Noticia, Dr. Octaviano de Sá. Este procura defender-se nos primeiros instantes, até que, perante o numero dos agressores, se refugia num estabelecimento para onde eles correm em sua perseguição.

A Noticia, acusa o quintanista Paixão Cardoso, soldado do 2.º Grupo de Companhias de Saude, de haver insultado tres empregadas do Hospital, que iam num carro electrico. Indignação publica contra estes academicos.

Protestos da Imprensa: — Patria, Primeiro de Janeiro, Voz da Justiça, etc.

No sabado passado, pelas 4 e meia da tarde, quando o director deste jornal, descia a rua de Quebra Costas, um grupo composto de uns sete academicos, dirigiu-se-lhe, tendo um deles pronunciado a frase: — *ó seu malandro que tem rocé com a Academia?* Em seguida procuraram agredi-lo servindo-se de grossas bengalas de que eram portadores, com excepção do que se destacou do grupo para justificar a scena premeditada.

O director deste jornal procurou defender-se nos primeiros instantes, até que, vendo que eram insufficientes as suas forças para um tal numero de agressores, refugiou-se no estabelecimento de ourives do sr. José Alves Madeira, que impediu a entrada deles, pois correram em sua perseguição.

Ao que nos informam, o grupo tinha estado algum tempo antes na Pastelaria Central a preparar o incidente.

Eis em poucas palavras o que foi o caso ocorrido com o director deste jornal e que a policia da investigação chamou a si, não desejando por isso *A Noticia* exercer qualquer sugestão á acção policial em vista.

No entanto, sejam-nos permitidas algumas considerações para explicar a palavra — permeditação — acima empregada.

Ao director deste jornal não o surpreendeu a aggressão levada a effeito, se bem que não lhe acuse a consciencia, como é vulgar dizer-se, de a ter procurado ou provocado, quer como cidadão quer como jornalista. Adiante.

Ha dias já, tendo ido ceiar com o seu querido amigo dr. Horacio Menano, aissstente do illustre prof. dr. Angelo da Fouseca, ao Restaurante dos Caçadores, reparou que entravam e saiam alguns dos estudantes que agora procuraram agredi-lo, vindo a saber, dias depois, por um academico amigo que um grupo numeroso se encontrava na disposição de os esperar á saída, se não fôra a intervenção dele que ao caso se opposera, inclusivé com o argumento de se colocar ao nosso lado.

Mais tarde um outro academico, velho amigo, prevenia o director deste jornal que dois quintanistas que do grupo agressor tambem faziam parte, aproveitariam a primeira oportunidade para lhe bater.

Nenhum destes academicos, é bom que se diga, foi o sr. Joaquim Gualberto da Cunha e Melo, antigo companheiro do director deste jornal, e colega *periodico* na imprensa, actualmente vivendo na intimidade desses academicos, e que por motivos especiais tinha o dever de impedir ou prevenir o facto.

Continuou, é claro, o d'rector de *A Noticia*, apesar das ameaças, a fazer a sua vida habitual, entre o seu escritorio, a sua repartição e o passeio á tarde pelas ruas da Baixa, sem outras preocupações, visto que para ele o medo é coisa que pouco o importuna, sabendo que conta com dois braços como a maioria das pessoas que giram por este planeta.

Ha dias alguns dos estudantes do grupo que o agrediram, tendo entrado no electrico e vendo que nele

seguiam umas três empregadas do Hospital, um sr. Paixão Cardoso, soldado do 2.º grupo de companhias de saúde e aluno do 5.º ano medico, dirigiu-se-lhes, perguntando: *qual é de vocês a concubina* (vá o termo em linguagem de dicionario) *do Octaviano*. Em seguida voltou-se para o grupo que o acompanhava, reeditando a frase, associando outras pessoas, seus professores e anunciando *borrasca*.

Etc., etc. que não merece a pena referir pela miseria moral que comporta.

Não deseja o director deste jornal associar á attitude do grupo que o agrediu, a responsabilidade de toda uma corporação academica, a que tambem já pertenceu, e que tem inscrita nas paginas gloriosas do seu passado o brio e a nobresa de attitudes.

Por principio algum.

O acto é de mera responsabilidade individual e se lhe não publicamos aqui os nomes, é para os não enochar pela vida alem, pois, nos afirmam que alguns d'elles, somente a paixão porque se tem deixado conduzir neste caso, os poderia obrigar a uma acção menos propria de rapazes decididos.

Mas queremos chumbar ás colunas deste jornal, o sr. Paixão Cardoso, para que se saiba como um aluno do 5.º ano medico tem o descaro de, em pleno electrico, injuriar e enxovalhar trez mulheres indefeas, para atingir pessoas com quem não tem coragem de se defrontar sósinho.

O castigo, porém, do procedimento desses academicos começou já a ser-lhe dado pela opinião publica e por muitos dos seus colegas que repudiaram com inteira indignação a aggressão praticada em tais condições.

E em muito contribuíram para o descrédito da causa que defendem, nessa sua attitude, creiam os mesmos academicos.

Um mau serviço prestaram, pois, á Academia.

*

Muitas e muitas pessoas, dizemo-lo com inteiro desvanecimento, procuraram o director deste jornal, em

seguida á aggressão, para lhe manifestar toda a sua simpatia, solidariedade e protesto pelo acto praticado.

A imprensa teve tambem as mais carinhosas e significativas palavras para o director da *A Noticia* especialmente os correspondentes locais dos diarios e o auctor da carta diaria para *O Primeiro de Janeiro*, carta que transcreveremos no proximo numero.

A Patria chegou até a publicar o seguinte:

« Contra a aggressão do nosso camarada de Coimbra dr. Octaviano de Sá, protestamos com veemência. Homens de cultura e de caracter não procuram impôr pela violência as suas opiniões. Os academicos de Coimbra procederam mal e com o seu gesto nada mais conseguem do que atrair antipatias para o seu movimento que, terminado o equivoco que o motivou, devia já ter acabado, como muito bem disse o sr. ministro da Instrução ».

Do coração agradece o director deste jornal a todas as pessoas que tiveram a gentileza de o acompanhar neste caso, e aos seus colegas da imprensa protesta o melhor reconhecimento não só pela boa camaradagem manifestada, como pelas palavras de boa simpatia com que referiram o seu nome.

A Noticia, de 27 de Abril.

Coimbra, 23. — Esta tarde, o director do jornal *A Noticia*, sr. dr. Octaviano Sá, foi provocado por um grupo de academicos que o agrediram quando ele procurava desagrar-se das injurias que lhe dirigiram. O caso tem sido muito comentado, censurando-se o procedimento dos academicos, pois, *A Noticia* tem-se occupado da greve com muita correcção.

Contra a aggressão do nosso camarada de Coimbra, dr. Octaviano Sá, protestamos com veemencia. Homens de cultura e de caracter não procuram impôr pela violencia as suas opiniões. Os academicos de Coimbra, procederam mal, e com o seu gesto nada mais conseguem do que atrair antipatias para o seu

movimento que, terminado o equívoco que o motivou, devia já tar acabado, como muito bem disse o sr. ministro da Instrução.

A Patria, de 24 de Abril.

« A agressão em Coimbra do jornalista Octaviano de Sá constitue mais um sintoma do faciosismo dominante. Não se trata de nenhum violento comentario político que na anotação da greve academica puzesse qualquer nota irritante, exagerando por parcialidade ou deturpando com fim oculto. O seu jornal *A Noticia* que hoje recebi, tem-se até ocupado da greve academica com correcção e elevação, como convem a um órgão da opinião de Coimbra que tão grata é ao dr. Angelo da Fonseca pelos seus inumeros serviços á cidade e ao ensino universitario. O que significa então a sua agressão levada a efeito por estudantes de uma universidade, a dois passos da vida publica e com as responsabilidades da sua cultura? Significa que se inveterou nos nossos habitos o regimen da violencia. Quem não pensa como nós tem de pensar connosco sob pena de a isso obrigarmos porque sômos mais em numero ou porque é a maior força de que dispomos. E é isto em tudo. Combates em que só a intelligencia deveria afirmar-se, ou a razão prevalecer, mudam-se de subito em contendias em que o musculo impera ou se impõe a tiro com argumento.

Os operarios declaram-se em greve e em vez de convencerem os camaradas a cooperar com eles numa reivindicacão economica ou moral, desatam a obrigar, pela agressão os mais timidos ou menos exaltados, a marchar com eles para todos os actos violentos. Numa discussão jornalística não é raro nem novo que, para resolver uma luta de principios, o enxovalho intervenha e surjam pessoas estranhas ao debate, com soluções de força, onde só havia que esperar torneios de espirito. O caso de Coimbra assume este aspecto apoucante. E o que mais doe é que sejam rapazes e rapazes cultos quem, em vez de responder com argu-

mentos aos argumentos com que *A Notícia* se oponha á greve, lhes responda com a força do numero e com a agressão.

Os jornalistas gosam em Portugal, porque não dizêl-o, menos consideração do que em qualquer outro paiz. Por culpa deles? Sim, por culpa de muitos deles que permanentemente se apoucam no louvor das paixões rasteiras e no elogio das turbas desorientadas. Mas sobretudo pelo baixo nivel mental da maior parte da nação. Não nego que mesmo nos erros do faciosismo, de que a violencia contra o jornalista de Coimbra é um sintoma, sejam jornalistas os culpados. Ha jornalistas que só sabem lisongear ou explorar a exaltação alheia quando lhes cumpria dizer sobre todas as questões a palavra sincera e exata de apreciação ou de analyse. Mas mais ainda do que nas proprias culpas dos jornalistas, por vezes esquecidos da força estupenda que a sua pobre canêta representa, na incultura do paiz ha que buscar a explicação de muitas das faltas de respeito e desafeições de que a imprensa e os jornalistas tem sido vítimas. Não é este o caso de Coimbra. O jornalista agredido tem procurado tratar com elevação o caso da greve e os seus agressores são pessoas com responsabilidade intelectual. Como explicar, pois, o incidente a não ser em resultado deste desgraçado estado de espirito colectivo, a que o paiz chegou e em que cada um só faz o que não deve, sem se importar para nada com as suas obrigações?! Por mim não lhe encontro outra explicação e, por isso mesmo, me deixo tomar de pessimismo. Pois nem já a mocidade culta se exime á influencia nefasta dos habitos politicos e sociaes de violencia que se introduziram na vida nacional? O que vai ser então o futuro de Portugal se enquanto uma parte da sua geração nova amolece e se corrompe em decadentismos politico-literarios, a outra se exercita em praticas violentas e aggressivas? Não ha então modo de fazer voltar a mocidade ao culto generoso dos idealismos romanticos que tão bem temperam as almas para as grandes lutas da vida pratica? Noutros tempos á mocidade cabiam atitudes

rebeldes, mas nunca ninguém a acusou de escusados actos de força, realizados só pelo prazer de amesquinhar principios.

Não conheço deste infeliz incidente de Coimbra, senão o que os jornais contaram. Faço o meu juizo pelas noticias deles. Afigura-se-me, porem, que qualquer explicação que possa encontrar-se ao assunto, não modificará as circumstancias em que tive de localisalo.

Os estudantes da Universidade não se privaram de proceder como os operarios manuaes ás vezes procedem para com os que elevadamente lhes criticam a desorientação.

E este é o mal que constato. E mal tamanho que apouca o proprio movimento grévista e amesquinha a sua intenção que aliás, segundo o sr. ministro da Instrução, deixou de ter razão de existir desde que o motivo apontado para ella, pelos estudantes do 5.º anno médico, desapareceu. E sobre a determinação deste, nenhuma duvida pode haver. O sr. ministro da Instrução leu á Camara dos Deputados, documentos officiaes que o demonstraram largamente. Terminada, porem, a grêve, um facto prevalece a condena-la: a aggressão de um jornalista só porque discordou da attitude dos estudantes. E este facto é mais tristemente sintomatico do que a propria constancia da grêve, depois das explicações leaes e nobres do dr. Angelo da Fonseca ».

«Carta de Lisboa» para *O Primeiro de Janeiro*, de 26 de Abril.

Assim, não !

Disseramos no numero passado, que convinha á Academia andar ajuizadamente no seu conflito, não dando occasião a que affirmassem ser ella um elemento perturbador da ordem. O que seria da maxima vantagem e representaria uma tactica habilidosa e persuasiva, era a Academia agir serenamente, reflectidamente, conscia da razão que lhe assiste sem excessos que lhe attribuissem immediatamente as más vontades da opinião publica.

A Academia, porem, não o julgou assim. Isoladamente é certo, mas também sem rebuscos, tem-se entregado á pratica de actos menos proprios de si e do papel que representa. E', sobretudo, a imprensa quem, ela mais tem ferido, esquecendo-se da responsabilidade colectiva que ella assume, para só ver, mesquinho e reles, o ataque pessoal.

O director de *A Noticia*, e nosso presado amigo, sr. dr. Octaviano de Sá, foi há dias agredido em plena rua. O seu jornal foi ameaçado em « placard », de sofrer a « purificação » de um auto de fé...

E tudo isto para quê? Que ganhou a Academia (ou o escasso numero de exaltados que tomou *A Noticia* á sua conta) com semelhante attitude? O jornal não deixa de se publicar, e sentinelas da guarda republicana, em frente da sua redacção, garantem-lhe a publicação e fazem arredar os mais atrevidos inquisidores...

A solução da greve academica continua sendo para toda a gente um enigma. Os professores da Universidade rodeiam o dr. Angelo da Fonseca, não consentindo que as exigencias da Academia sejam satisfeitas. Esta parece mais que nunca intransigente, tornando publico, por meio de « placards » e manifestos, que não voltará ás aulas enquanto aquele professor estiver na Universidade.

E é no meio desta intransigencia absoluta que segue o debater da questão, sem que, ao menos, por seu lado a Academia conserve aquella inalteravel linha que tem sabido usar em momentos mais dificeis de pugnas mais acesas.

Não é travando conflitos pessoais com jornalistas e ameaçando queimar jornais, que os academicos conseguirão impôr as suas razões á justiça imparcial de quantos! Pelo contrario, o uso e abuso deste sistema vai dar logar a que os apodem de levianos, de desordeiros e quejandos nomes feios.

Haja serenidade, especialmente nas occasiões em que a serenidade é o principal attributo de vitória. Se o movimento academico é atacado e combatido num

jornal, os seus dirigentes têm muitos outros (louvado seja Deus) onde se possam defender de tais ataques, dando assim ao publico a melhor satisfação dos seus desejos, e simultaneamente a maior prova desejavel de que não fizeram um movimento *ad hoc*, e que tem razões de peso com que podem arcar com as responsabilidades que muito justamente lhe attribuem e que exigem satisfação.

Isto é que seria ideal, e muito contribuiria para o bom resultado e rapida solução da greve. O contrario, convençam-se os academicos, de nada vale. Só dá a conhecer que alguns academicos tem confiança nos musculos, que sabem dar pontapés e um par de sofríveis «knock-out», -- mas que não sabem, legal e razoavelmente, exprimir as suas razões e justificar a sua attitude no supremo tribunal da opinião publica.

Assim, não! Convençam-se os academicos que estão caminhando á tôa por um caminho errado! Aceitem o nosso conselho (que não sendo de Acacio tambem não exige pagamento...) e parem lá nesse caminho das violencias que os conduz irremediavelmente a «bicos de obra evitaveis».

Combatam a imprensa, — por meio da imprensa. Mostrem á gente que a Academia não só é briosa no campo das lutas (que isso já nós sabemos por tradição), mas que tambem é briosa nos outros campos da luta para onde a chamam.

Resolvam lá a questão doutra maneira, tendo em vista que no nosso século já se não vencem as questões pela força dos musculos. Agora só se vence pela força da razão. Todas as maneiras servem, mas... assim, não!

M. R.

(O Jornal, de 27 de Abril.

Segundo noticias de Coimbra, houve um conflito entre alguns grevistas e o director de *A Noticia*, o sr. dr. Octaviano Sá — pelo facto dêste jornal vir

apontando, sincera e desafogadamente, o erro em que se envolveram os quintanistas de medicina.

Contra o lamentavel incidente levantamos o nosso protesto, e pômo-nos incondicionalmente ao lado do illustre jornalista. Nós sabemos que a razão está por êle: censurando os académicos e solidarisando-se com o eminente professor dr. Angelo da Fonseca. Mas ainda mesmo que a razão estivesse do lado dos grevistas, nós ergueríamos o nosso protesto — porque não é « á la poigne », que se resolvem as diversas questões.

E o facto procedendo de varios quintanistas de medicina, é muito mais censuravel ainda, porque a cultura daqueles os inibia de descerem tão baixo — procurando discutir a murro ou a cacete um simples caso jornalístico.

Não!

Os académicos que arremeteram contra o sr. dr. Octaviano Sá procederam pessimamente.

Dessa forma, amanhã toda a gente se esmurra, — sem ninguem se entender. E os que ainda hoje são quintanistas, mas amanhã serão educadores de alunos ou orientadores de classes, decerto não levariam a bem que algum exaltado apresentasse como argumento um murro e como justificação uma bengalada.

*

E' preciso mudarmos de rumo.

As sociedades não se mantem pela arruaça e nem pelo insulto. E' preciso que haja disciplina para que o desejado equilibrio moral se mantenha. A razão deve apresentar-se serena, leal e franca — e não arrancada « a forceps »... Do contrario, amanhã, só poderiam passear de braço dado com ela — aqueles que possuem melhores « biceps » ou que pertencessem a grupos mais numerosos. E isso seria a desorientação, o cahos, uma especie de delirio russo...

E nós todos que berramos contra a desorientação actual — que esperança havemos de ter dessa futura camada de « meneurs » e educadores, sabendo-a cons-

tituida por creaturas que não respeitam a opinião alheia?

Contra o ocorrido, repetimos, levantamos o nosso protesto. Porque o sr. dr. Octaviano Sá, que é um jornalista inteligente e honesto, e que á *Noticia* tem emprestado o seu esforço e o seu talento — não feriu a dignidade dos grevistas. Antes pelo contrario os tem incitado a que abandonem o caminho errado a que se lançaram. Até hoje o seu jornal outra coisa mais não vem fazendo do que pedir reflexão áqueles e apontar as qualidades morais e intellectuais do professor dr. Angelo da Fonseca.

Nada mais justo como vêem!

E demais a mais, contra os estudantes de Coimbra, não só se encontra toda a Faculdade de Medicina, como as forças vivas daquela nobre cidade — não falando ainda de varias corporações académicas, como a Academia de Lisboa, que negaram áqueles a sua solidariedade.

A greve coimbrã, porem, nunca teve razão de existir — e, sobretudo, depois das explicações do illustre professor dr. Angelo da Fonseca, não sabemos a razão porque existe ainda. Parece — não o queremos afirmar! — que é uma campanha de odio contra aquele professor, pela maneira criteriosa, nobre e alevantada como dirige o seu curso. Porque a verdade é que tudo já se explicou, e os estudantes, longe de darem ao país um exemplo de compostura e de disciplina, manteem-se dentro da sua rebeldia.

E' afinal uma greve antipatica!

Mas se por acaso o movimento de Coimbra tivesse a razão e a justiça pelo seu lado — o ultimo incidente com o sr. dr. Octaviano Sá, te-lo-hia apoucado e deslustrado. Pois de nenhum modo se explica o ataque pessoal a um jornalista que teve o desassombro de não perfilhar o acto irreflectido dos academicos de Coimbra.

E' contra este facto que protestamos!

Montanha, do Porto.

« Simplesmente, através do conflicto, há já notas que se não apagam e que ninguém poderá louvar : os apupos, nas *serenatas*, ao professor, e as agressões ao sr. dr. Octaviano Sá director da *A Noticia*, que nem por defender calorosamente o sr. dr. Angelo da Fonseca procedeu ainda para com a academia por forma a justificar, da parte desta, qualquer agravo ao jornalista.

Quere dizer : os academicos perderam a serenidade bem difficil, sabermos, de manter em espiritos rebeldes e juvenis, e daqui ao registo de factos mais deploraveis poderá ir um passo ».

Voz da Justiça, da Figueira da Foz.

O nosso prezado amigo e conterraneo sr. dr. Octaviano Sá, director do nosso colega local *A Noticia*, no seu pleno direito, que ninguém lhe pode contestar, tem apreciado desenvolvidamente, no seu bi-semanario, a lamentavel questão academica, salientando os merecimentos do distincto professor e clinico sr. Dr. Angelo e o muito que lhe deve a Universidade pelo que tem conseguido de dotações do Governo para as importantes obras dos hospitais do mesmo instituto e pelo interesse que tomou para ser restabelecida a faculdade de Letras em Coimbra.

Quem ler *A Noticia* não encontrará nela qualquer referencia desagradavel á Academia.

Não está isto no espirito do director dessa folha, pessoa educada, nem as suas intenções de melindrar uma corporação a que pertenceu ha poucos anos ainda.

A attitude tomada pelo sr. dr. Octaviano não agradou a alguns academicos, que no sabado o agrediram na rua Quebra Costas sendo preciso o agredido defender-se e bem dos agressores.

O caso tem merecido a mais justa reprobção, não só em Coimbra, mas na imprensa de fora, que tem lavrado o seu protesto por este acto.

Tambem nós fazemos o mesmo, apresentando ao nosso amigo e colega sr. dr. Octaviano os protestos da nossa velha amizade e grande simpatia.

Lamentamos que por outra forma e muito serenamente se não procure resolver a questão que todos desejam vêr liquidada honrosamente para ambas as partes ».

Gazeta de Coimbra.

A população de Coimbra tem continuado a condenar a attitude dos estudantes que agrediram o nosso colega sr. dr. Octaviano Sá por ele, no pleno direito de jornalista e amigo do sr. dr. Angelo da Fonseca, não concordar com a greve academica e com o procedimento dalguns estudantes que se esqueceram da consideração que deviam... a si proprios.

Continuamos a ser solidarios com aqueles que reprovam as aggressões. Os estudantes nunca poderiam ver satisfeita a sua pretensão distribuindo socos a torto e a direito, visto que a força, a bruteza, podendo vencer, ás vezes, jamais bastou para convencer... grevistas a entrarem no caminho da conciliação e da ordem.

¿ Já assim pensarão todos, a esta hora ?

A Voz da Justiça, da Figueira da Foz.

De 1911 a 1921. A Noticia, exhuma do jornal O Mundo uma entrevista do estudante Gualberto de Melo, em que este acusa em 21 de Julho de 1911 o Prof. Tamagnini de incompetente, espirito mesquinho e de remessa de cartas particulares a alunos, indicando o interrogatorio a fazer no exame, concluindo pelo pedido de suspensão do Prof. pela reclamação de uma sindicancia e pelos protestos de intransigencia absoluta e incompatibilidade irreductivel com ele.

Retratação de Gualberto de Melo, aluno do 7.º ano do liceu em 1911, quintanista de medicina de 1921, representante dos grevistas junto da Federação Académica de Lisboa, e membro da comissão dirigente do órgão da Associação Académica de Coimbra.

O Jornal e A Notícia, aproximam os pretextos da greve de 1911 dos pretextos da greve actual. Demonstra-se que, efectivamente, a historia se repete...

Alguns alunos ao tomarem conhecimento destes documentos rompem contra a greve, pedindo transferencia de Escola.

A Notícia avaliando os estranhos documentos; exorta o aluno Gualberto de Melo a que se envergonhe e retire... para outra Escola; e os estudantes que de boa fé o seguiram a que reconsiderem.

Serviços á Causa a pagamento.

A Notícia² tem-se occupado² deste conflito academico e desde o primeiro argumento com que o abordou, tem procurado sistematicamente afastar qualquer ensejo de tocar as pessoas que nele tem² intervindo.

Para o nosso jornal existia apenas o problema de um prof. poder ser afastado do seu lugar unicamente pela vontade dos seus discipulos.

Sem motivo aceitavel os quintanistas de medicina impunham a substituição do seu Prof. o Sr. Dr. Angelo da Fonseca, e nesse intuito, ha dois mezes tem vindo a fazer uma violentissima campanha contra s. ex.^a, de que resultou a actual greve academica.

Temos combatido essa campanha e essa greve, senão com bons argumentos, pelo menos com isenção e com o desejo de lhe ver termo rapido.

E' que nesta conjuntura não nos tem preocupado apenas a defeza dos direitos do nosso prestigioso e querido amigo, Prof. Doutor Angelo da Fonseca, mas tambem nos tem preocupado os direitos e interesses de muitos estudantes cuja amisade nos é muito grata tambem.

Se não admitimos que possam ser postergados os direitos do Prof., de modo nenhum nos agrada que os estudantes sejam diminuidos no seu prestigio.

Lembram-se os nossos leitores de aqui muitas vezes termos chamado os grevistas á boa razão?

Lembram-se os nossos leitores do que aqui temos dito aos estudantes em greve: produzam argumentos, apresentem razões, deixem-se de violencias, que são improprias de moços?

Lembram-se de que aqui admitimos que toda a Academia se collocasse em greve por solidariedade com os quintanistas de medicina e só não admitimos que essa solidariedade se traduzisse em vexames e insultos?

E' que bem sabiamos que a maior parte dos estudantes estava de boa fé, acreditada nas declarações que o 5.º ano médico lhe fazia por intermedio da sua comissão dirigente; é que bem sabiamos até que uma grande parte dos quintanistas estava de boa fé, acreditados nos seus dirigentes.

Por isso nos guardavamos de ferir quaisquer susceptibilidades.

A greve, porem, arrasta-se... e a sua Comissão dirigente não produz qualquer solução que evite a esses estudantes que foram de boa fé, os seus liais compaenheiros, os prejuizos que podem cair-lhes em cima.

Nos jornais que se tem occupado do conflito academico já vimos apresentadas — pelos dirigentes da greve — trez causas diferentes para o justificar.

Na Sala dos Capelos dizia-se:

Para evitar a saida em massa do curso do 5.º ano medico.

Numa nota da F. A. de Lisboa e sob a inspiração do sr. Gualberto de Melo:

« A greve foi feita para compêlir as intancias officiais a tomar conhecimento do conflito... »

Em entrevistas varias diz o academico sr. Eduardo Coelho :

Foi o meu discurso, foram as minhas palavras etc. etc.

Admitamos que foram estas tres as causas, pesando como uma só, que levaram a academia á declaração da greve. O que não vemos é motivo para que continue esse conflito desde que o prof. dr. Angelo da Fonseca, fez declarações bem significativas perante o Conselho da sua Faculdade e o illustre Ministro da Instrução, abriu-lhes o caminho bem rasgado por onde podiam passar, com nobreza, todos os que neste movimento se lançaram.

Quererá a Academia sacrificar-se em massa, e manter-se nessa attitude, na contingencia da perda de um ano que pode representar para muitos a liquidação de uma determinada carreira, ou o desabar de muitas aspirações ?

Pode essa solidariedade ser um acto da mais nobilitante attitude, não duvidamos, mas pode tambem ser a confiança cega em determinados elementos que lhes não mereçam o sacrificio que referimos.

Ha no meio academico rapazes de comprovada honorabilidade e da melhor boa fé nos seus propositos, mas ha que receiar da attitude de um ou outro que não merece, pelo seu passado academico, solidariedade e confiança, pois, não lhes garantem um exito as suas attitudes.

Na Comissão dirigente de um jornal, órgão da academia, e que veio á publicidade com o fim de esclarecer este conflito academico, vemos o nome do aluno do 5.º ano médico, sr. Joaquim Gualberto da Cunha e Melo que durante uma greve, teve o procedimento que pode ser apreciado nestes dois documentos que vamos transcrever :

Coimbra, 19-Varias vezes me tenho referido a um conflito escolar surgido no liceu, entre

uma turma do 7.º ano de sciencias, e o seu professor dr. Tamagnini. Para bem informar os leitores do *Mundo*, entrevistei hoje o meu amigo e correligionario Cunha e Melo, um dos estudantes do curso e que bem me poderia informar. Encontrei-o no Liceu e sem mais preambulos fiz logo esta pergunta á queima roupa :

— O vosso caso está resolvido já?

— Não, a turma D. do 7.º ano de sciencias deu por suspeito o socio do centro franquista e seu professor de sciencias naturais dr. Eusebio Tamagnini, no dia 28 de Junho e só no dia 14 de Julho foi ordenado um inquerito.

— E quem é o sindicante?

— Desconhecemo-lo porque ainda não foi nomeado.

— Mas não foste com uma comissão da turma falar com o ministro do interior sobre a questão?

— Fui, e o ministro afirmou que assim que chegasse a Lisboa trataria logo da questão que exigia uma solução immediata.

— E essa resposta não veio?

— Não! E' o mesmo injustificavel motivo.

— Mas qual a razão fundamental do vosso protesto?

O nosso correligionario, sorrindo-se toma o seu ar alegre e diz-nos :

— Somos uma turma quasi exclusivamente, á excepção de dois, constituída por rapazes repententes que o dr. Tamagnini já reprovou. Mas não se julgue que a suspeição formulada é uma vingança baixa. Não, nós não somos vingativos;

não sabemos como s. ex.^a conservar resentimentos mal contidos. Eu que sou aluno dele há quatro anos e que só este ano consegui média, por se ter proclamado a Republica, quando encontrei um nucleo invencivel e superior de rapazes cheios de vida e intelligencia, colloquei-me incondicionalmente a seu lado num gesto de irrecusavel solidariedade quando quizeram por hygiene e dignidade afastar o professor incompetente.

— P... .

— Quando digo incompetente, significo a despreocupada falta de dedicação pelo ensino, o desrespeito pelo regulamento, por receber simplesmente um exiguo *ordenado de amanuense* e tambem o mesquinho espirito de cortante ironia que o anima. Muitas coisas, factos palpaveis e insofismaveis se hão de provar, estou convencido, desde o desdem pelas leis pedagogics da Republica até á remessa de cartas particulares a alunos, indicando o interrogatorio d' fazer no exame.

— Foi portanto o vosso protesto um movimento uno e colectivo?

— E' esse o seu significado mais nobre. Ninguem o impulsionou. Surgiu como imprescindivel necessidade de saneamento moral. A turma reagiu em comum contra as mesquinhas prepotencias do mestre. E para mim, um apaixonado e um crente no alevantamento do nosso meio social pelo esforço indomavel e herculeo de todos os portuguezes honestos, este acto representa alguma coisa de superior e mais alto.

— Mas a tua turma não aderiu á greve que o 6.º ano declarou ao dr. Tamagnini

— Não! e não o fez por julgar as greves nesse momento prejudiciais e anti-patrioticas.

— Dize-me por ultimo que conducta seguis agora?

— O que tencionamos fazer? Mas isso está no espirito de todos os individuos honestos e progressivos. Esperamos com ordeira serenidade sem paixões nem exaltações, que o ministro dignamente mande proceder á sindicancia que se deverá fazer no mais curto prazo de tempo e depois...

— Depois?

— Depois aguardaremos os acontecimentos não fazendo, é claro, exame com o monarchico dr. Tamagnini, reservando-nos para procedermos em harmonia com o resultado da sindicancia

— E qual é esse procedimento?

— Isso é já a inconfidencia do jornalista a manifestar-se...

— E Cunha e Melo sorrindo numa despedida breve:

— Não sei! ... Olha será contudo, de absoluta intransigencia e não te esqueças nunca que não fazemos exame com o sr. Euzebio com quem estamos irreductivelmente incompatibilisados.

E não fazem exame com o dr. Eusebio Tamagnini?

P. F.

Coimbra, 21 de Julho de 1911. — Sr. Redactor. — Peço a V. o obsequio de publicar no lugar competente o texto da declaração que junto remeto, assinada pelo seu autor, sr. Joaquim Gualberto da Cunha e Melo, cuja assinatura vai reconhecida. Desde já agradeço a v. e sou etc. — *Antonio Garrido*, advogado.

Procurado pelo dr. Antonio Garrido, advogado do dr. Eusebio Tamagnini de Matos Encarnação, para dar explicações sobre algumas das passagens da entrevista publicada no jornal *O Mundo*, de 21 do corrente, com o titulo: — *Em Coimbra. Um conflito escolar* — tenho a declarar-lhe o seguinte:

a) Relativamente á afirmação de « quando encontrei um nucleo invencivel e superior de rapazes cheios de vida e intelligencia, coloquei-me incondicionalmente a seu lado num gesto de irrecusavel solidariedade quando quizeram por hygiene e dignidade afastar o professor incompetente, **que de modo algum quiz atingir o character, a seriedade, honestidade e competencia profissional do professor Tamagnini.**

b) Relativamente á afirmação de que « muitas coisas... se hão de provar desde... até á remessa de cartas particulares a alunos, indicando o interrogatorio a fazer no exame », **que não tem fundamento a accusação feita.**

Pode V. Ex.^a fazer desta declaração o uso que julgar conveniente. — Coimbra, 21 de Julho de 1911. — *Joaquim Gualberto da Cunha e Melo.* — (Segue o reconhecimento).

Do *Mundo*, n.º 3.905 — Domingo 23 de julho de 1911 — pag. 5.

Aos estudantes que de boa fé lhe entregaram um lugar de destaque neste conflicto e que confiados na sua oratoria da Sala dos Capelos, lhe emprestaram a solidariedade, deixamos que o julguem como fôr de justiça e que das suas intenções façam tambem o juizo que julgarem conveniente.

Ao vermos o sr. Gualberto de Melo a representar a academia desta cidade junto da Federação Academica de Lisboa, e no cabecalho de um jornal, como dirigente de um órgão da Associação Academica, chegando-nos ás mãos tais documentos, nós julgamos cumprir um dever dar-lhes publicidade.

E agora, ao sr. Gualberto de Melo, diremos: arrependa-se do mal que fez aos estudantes que se sacrificam por uma causa que a ele muito interessa... e envergonhe-se... e vá-se embora para outra escola.

Deixe os outros trabalhar em socego, e volte só quando estiver convencido que é com trabalho e não com habilidades que a Vida se vence.

A Noticia, de 11 de Maio.

Serviços á "causa" a pagamento

Á agencia do Banco de Portugal foi dada ordem para serem pagas as seguintes quantias: a **Joaquim Gualberto da Cunha e Mello, estudante de Medicina, 2.000\$00**; a ... comerciante, 5.000\$00 e ... industrial, 800\$00.

Estas importâncias foram por eles pedidas em virtude de terem estado presos os dois ultimos e o primeiro andar fugido durante a *traulitania*.

A Noticia, de 30 de Abril de 1921.

Gréve academica

Consta-nos que o nosso colega *A Noticia* publicará hoje um documento que dá ao conflito academico uma nova feição.

Parece que por ele se verifica que a actual grève academica foi determinada por pretextos que em muito se assemelham aos que determinaram em 1911 a grève contra o Dr. Tamagnini.

Por terem conhecimento desse documento já alguns academicos pediram a sua transferencia para a Universidade de Lisboa.

O Jornal, de 11 de Maio.

Estavamos determinados a não nos occuparmos mais da greve dos estudantes, não só porque não desejamos de forma nenhuma dar a impressão de que nos prestamos a travar polemicas, mas porque julgamos prestar com o nosso silencio, um bom serviço aos estudantes que de boa fé se solidarisaram contra o Prof. Angelo da Fonseca.

Nesta questão, ha que distinguir, e nós o temos distinguido — entre a maior parte da Academia que de boa fé se lançou num movimento contra um homem de quem ninguem tem agravos e aqueles que calculadamente que premeditadamente, prepararam um golpe que ferisse o adversario (?) odiado e temido.

No ultimo numero de *A Noticia*, publicamos um documento que demonstra cabalmente que o sr. Joaquim Gualberto da Cunha e Mello, aluno do 5.º ano médico, representante da Academia á Federação Academica de Lisboa e da comissão dirigente de um jornal, órgão da Associação Academica, renovou agora a tentativa que em 1911 fizera contra o Prof. Tamagnini a quem pretendia afastar tambem da regencia da sua cadeira.

Esse documento domonstra não só nos intuitos como nas palavras, como em certas circumstancias particulares que « a historia se repete ».

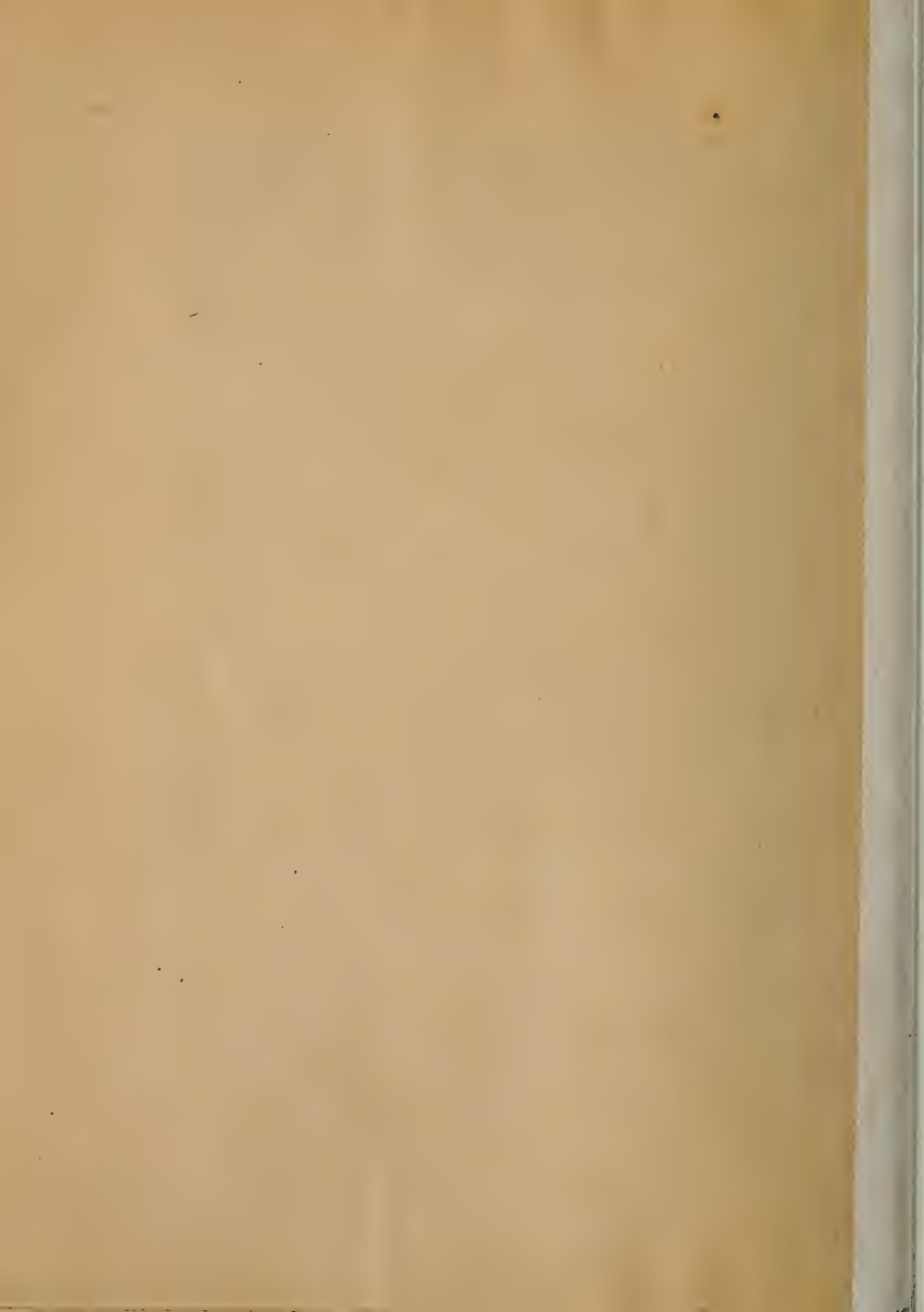
A criança de 1911, desenvolve-se e cresce, a sua psicologia define-se e em plena maturação do seu espirito, reproduz o triste gesto de 1911.

E teima, e insiste e barafusta para manter a greve contra toda a logica, contra o proprio interesse dos

seus generosos companheiros que estão condenados, alguns deles, a perder o ano por não terem como ele, recebido *dois contos de réis* por serviços prestados á Republica e com que possam transferir-se para as escolas de Lisboa.

A Noticia, de 14 de Maio de 1921.







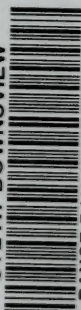
18.10.

**PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET**

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

LF
4846
F68H5
1921
v.2
c.1
ROBA

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 12 04 20 03 002 6